

Análise da Violência Doméstica e Sexual no Estado de Rondônia: Tendências do Anuário de Segurança Pública 2025¹

André Vilas Boas Gonçalves²

Resumo

Rondônia apresenta índices alarmantes de violência contra a mulher, frequentemente invisibilizados nas análises nacionais. Este artigo analisa dados do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025) para interpretar tendências de violência doméstica e sexual no estado. O foco recai sobre o aumento das violações de medidas protetivas (+48,9%) e dos casos de perseguição (+41,1%), revelando falhas graves na proteção estatal. Três cidades rondonienses figuram entre as cinco com maiores taxas de estupro do país, configurando uma emergência regional. Ao mesmo tempo, observam-se quedas estatisticamente improváveis nos registros de violência psicológica (-87,6%) e na proporção de feminicídios (-27,3%), sugerindo distorções nos registros ou recuos na nomeação da violência de gênero. Conclui-se que Rondônia vive uma crise estrutural de proteção, marcada por políticas reativas e silenciamentos institucionais. O artigo propõe revisar os mecanismos de monitoramento, qualificar os registros e construir políticas intersetoriais mais efetivas.

1. Introdução: Um Enfoque Regional sobre uma Crise Nacional

A violência contra a mulher permanece como um dos principais desafios à segurança pública brasileira. No entanto, os dados nacionais frequentemente ocultam disparidades regionais profundas. Rondônia, por exemplo, figura entre os estados com maiores taxas de medidas protetivas de urgência per capita e apresenta indicadores alarmantes de violência sexual e doméstica — realidades que seguem invisibilizadas no debate público nacional.

Este artigo analisa os dados do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2025), com foco nas tendências registradas no Estado de Rondônia. O objetivo é examinar criticamente os indicadores de Medidas Protetivas de Urgência (MPUs),

¹ Resumo apresentado ao GT 3 – Segurança Pública, Criminalidade e Políticas de Prevenção no VI Congresso Internacional DHJUS – Futuros Possíveis. Programa de Doutorado e Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça.

² Defensor Público do Estado de Rondônia. Mestrado Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos e Desenvolvimento da Justiça pelo programa UNIR/DHJUS. Doutorando Profissional Interdisciplinar em Direitos Humanos, Desenvolvimento da Justiça e Políticas Públicas pelo programa UNIR/DHJUS. E-mail: andre.dhjus@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/1814449060714304>

violência doméstica e violência sexual, interpretando seus padrões à luz das limitações estruturais da segurança pública regional.

Apesar do crescimento de estudos sobre violência de gênero no Brasil, ainda são raras as análises sistemáticas de dados estaduais — sobretudo na Região Norte, onde a precariedade institucional e o déficit de políticas públicas acentuam a vulnerabilidade das mulheres.

Rondônia, nesse contexto, não representa uma exceção: é um sinal de alerta. Ao expor as falhas de um sistema que foca na repressão, mas falha na proteção, a pesquisa aponta para a necessidade urgente de uma reorientação estratégica das políticas de segurança.

2. Quando a Proteção Aumenta o Risco: As Medidas Protetivas sob Pressão

As Medidas Protetivas de Urgência (MPUs) são instrumentos jurídicos fundamentais criados para salvaguardar vítimas de violência doméstica, impondo restrições legais de contato e proximidade ao agressor. Elas foram concebidas como escudos jurídicos para mulheres em situação de violência doméstica.

Os dados sobre violações dessas medidas são métricas cruciais para avaliar a reincidência, a eficácia da aplicação da lei e o nível de risco imediato às vítimas.

Dados mais recentes de Rondônia revelam que esses escudos estão cada vez mais frágeis. Em 2024, houve um crescimento de 48,9% nas violações das MPUs em comparação com o ano anterior — um salto alarmante, que transforma o descumprimento da lei em rotina.

Ano	Número de Violações	Variação Percentual
2023	900	—
2024	1.345	+48,9%

Fonte: Tabela 32, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025*.

Esse aumento nas violações de MPUs sinaliza uma escalada grave na audácia dos agressores e possíveis fragilidades nos mecanismos estatais de monitoramento e aplicação. Portanto, esse dado não apenas expõe as vítimas ao risco renovado de agressão, como evidencia duas falhas estruturais simultâneas: a ineficácia do sistema de monitoramento e a baixa capacidade de dissuasão das ordens judiciais. O que deveria proteger transforma-se em um rito vazio — e o agressor percebe que pode transgredir impunemente

Esse salto nas violações das MPUs não é um dado isolado — é um sinal verde para os agressores, cujo comportamento cada vez mais ousado se reflete nos índices de perseguição (stalking) no estado.

3. Sintomas de Escalada: Perseguição e a Crise do Registro

Acompanhar formas não letais de violência, como perseguição e abuso psicológico, é uma estratégia crucial de segurança pública. Esses crimes geralmente são precursores no ciclo da violência que pode escalar para agressões físicas graves ou feminicídios. O monitoramento desses indicadores funciona como um sinal de alerta precoce do aumento do risco às vítimas.

Crime	Registros em 2024	Variação em relação a 2023
Perseguição (Stalking)	622	+41,1%
Violência Psicológica	5	-87,6%

Fonte: Tabela 30, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025*.

A explosão de 41,1% nos casos de perseguição é uma consequência previsível da crise na aplicação das MPUs. Quando os agressores percebem que desrespeitar uma medida protetiva traz poucas consequências imediatas, o assédio persistente torna-se o próximo passo lógico em sua campanha de intimidação.

Por outro lado, a redução drástica de 87,6% nos registros de violência psicológica — de 40 casos em 2023 para apenas 5 em 2024 — se destaca como uma anomalia estatística. Essa queda contradiz todas as outras tendências crescentes de violência e assédio e provavelmente reflete mudanças nos procedimentos de registro, reclassificação de crimes ou falhas na coleta de dados, demandando investigação mais aprofundada.

A partir dessas formas de violência, a análise passa agora ao tema mais grave: a violência sexual, em que Rondônia enfrenta um desafio particularmente agudo.

4. Violência Sexual: Uma Emergência

A violência sexual é, em Rondônia, não apenas recorrente — mas epidêmica. O estado abriga vários municípios entre os mais perigosos do país nesse tipo de crime, evidenciando uma crise profundamente enraizada que exige ação urgente.

Segundo o *Anuário de 2025*, três cidades de Rondônia — Ariquemes (#3), Vilhena (#4) e Porto Velho (#5) — figuram entre as cinco cidades brasileiras com maiores taxas de estupro e estupro de vulnerável.

Fonte: Infográfico “CIDADES COM MAIORES TAXAS DE ESTUPRO E ESTUPRO DE VULNERÁVEL”, *Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2025*.

Esse dado coloca Rondônia no epicentro da crise nacional da violência sexual. Outros crimes relacionados ajudam a compor o contexto dessa emergência:

- Tentativa de Estupro e Tentativa de Estupro de Vulnerável: queda de 18,1% em 2024.
- Divulgação de Cenas de Estupro ou Pornografia: aumento expressivo de 49,5%.
- Favorecimento da Prostituição ou Outra Forma de Exploração Sexual: leve redução de 3,8%.

Analisar esses números de forma isolada seria um erro. Embora as tentativas de estupro tenham diminuído, as altas taxas de estupro consumado e o aumento na disseminação digital de imagens de violência sexual compõem um cenário sombrio. Esses dados revelam uma crise multifacetada e profundamente enraizada que transcende as estatísticas e abrange agressão física, exploração digital e uma cultura mais ampla de violência.

5. Femicídio e o Paradoxo Estatístico: Menos Mortes ou Menos Nomeações?

A violência letal contra mulheres é o ponto de inflexão da análise.

Um dos indicadores mais importantes na análise da violência de gênero é a diferença entre os homicídios femininos em geral e o feminicídio, que é o assassinato de uma mulher motivado por razões de gênero. A proporção de feminicídios entre os homicídios de mulheres indica o peso da motivação de gênero na violência letal.

Em Rondônia, os dados oficiais mostram que a proporção de feminicídios entre os homicídios de mulheres caiu de 44,7% em 2023 para 32,5% em 2024, uma redução de 27,3%.

À primeira vista, essa redução poderia sinalizar um avanço. Mas o restante dos dados (violações de MPUs, perseguições, estupros) aponta exatamente o contrário: um ambiente mais hostil e violento para as mulheres. A queda contrasta com os aumentos expressivos em crimes precursoros de alto risco, como perseguição (+41,1%) e violação de MPUs (+48,9%).

Essa incongruência indica que a redução pode estar relacionada não a uma diminuição real dos assassinatos por razões de gênero, mas sim a mudanças na classificação penal ou a recuos institucionais na nomeação do feminicídio como tal. Se isso for verdade, estamos diante de uma nova forma de apagamento estatístico da violência de gênero.

6. Conclusão: Um Estado em Encruzilhada

A análise dos dados do 19º Anuário Brasileiro de Segurança Pública revela que o estado de Rondônia ocupa hoje uma posição crítica no cenário nacional da violência de gênero. O que se constata não é apenas uma elevação nos índices de violência, mas a quebra da promessa institucional de proteção: o sistema, desenhado para impedir a reincidência e garantir segurança, está falhando em seus mecanismos mais básicos.

A escalada das violações de medidas protetivas (+48,9%) e dos casos de perseguição (+41,1%) indica um sistema de segurança que falha justamente onde deveria ser mais eficaz: na proteção imediata e na contenção da reincidência. A presença de três cidades do estado entre as cinco com maiores taxas de estupro no país confirma que a violência sexual se tornou uma emergência pública e institucional.

Paradoxalmente, enquanto os crimes de risco aumentam, alguns indicadores registram quedas abruptas e estatisticamente improváveis — como o recuo de 87,6% nos registros de violência psicológica e a redução da proporção de feminicídios. Essas anomalias desafiam interpretações lineares: podem sinalizar falhas nos registros, mudança nas classificações ou até recuos institucionais na nomeação da violência de gênero. Em vez de indicar progresso, podem mascarar uma deterioração ainda mais profunda.

O que emerge dessa leitura é um estado em encruzilhada. Rondônia ilustra os limites de uma política de segurança reativa, punitivista e desarticulada da realidade concreta das vítimas. A cada medida protetiva descumprida, a cada crime reclassificado, a cada silêncio estatístico, o Estado reafirma seu distanciamento do cotidiano das mulheres que deveriam estar sob sua proteção. É preciso transformar os dados em denúncia — e a denúncia em ação.

Mais do que denunciar os números, este artigo busca transformá-los em convocação política: como reconstruir um sistema que leve a sério os sinais de risco precoce? Que práticas institucionais podem garantir que medidas protetivas sejam eficazes? Como enfrentar a cultura da subnotificação e da estatística anestesiada?

Responder a essas perguntas não é apenas uma tarefa técnica — é um imperativo ético, político e civilizatório. Rondônia não pode mais ser tratada como exceção: ela é um espelho das falhas de um modelo nacional de segurança que ainda trata a violência de gênero como um problema colateral, e não como o que de fato é — uma crise pública permanente.

Palavras-chave: Violência de gênero; Medidas protetivas de urgência; Rondônia; Violência sexual; Segurança pública.

Referências

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. São Paulo: **Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, ano 19, 2025. ISSN 1983-7364. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2025/07/anuario-2025.pdf>. Acesso em: 18 out. 2025.